

REVISITANDO OS ARQUIVOS MILITARES: POSSIBILIDADES DE PESQUISA, TEORIA E MÉTODO

REVISITING MILITARY ARCHIVES: RESEARCH POSSIBILITIES, THEORY AND METHOD



EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO¹⁰¹

Resumo

O texto do artigo visa apresentar, à luz de questões teóricas e metodológicas, possibilidades de pesquisas em arquivos militares com o aprofundamento de determinados conceitos que orientam a elaboração de uma metodologia de gestão de documentos arquivísticos com ênfase na sua identificação, manuseio e conservação. Desta forma, buscou-se evidenciar os arquivos como lugares de memória que contribuem para o acesso à informação, principalmente a partir da análise e da materialização dessas fontes em instituições de custódias militares. Para tanto, utilizou-se uma revisão bibliográfica em sítios, livros, artigos em revistas especializadas, Dissertações e Teses que versam sobre esta temática, a fim de verticalizar e problematizar as análises deste estudo.

Palavras-chave: Arquivos Militares; Pesquisa; Teoria histórica; Método indutivo.

Abstract

The text of the article aims to present, in the light of theoretical and methodological issues, possibilities of research in military archives, with the deepening of certain concepts that guide the elaboration of a methodology for the management of archival documents, with emphasis on their identification, handling and conservation. In this way, we sought to highlight the archives as places of memory, which contribute to the access to information, mainly from the analysis and materialization of these sources in military custody institutions. For that, a bibliographic review was used in websites, books, articles in specialized magazines, Dissertations and Theses that deal with this theme, in order to verticalize and problematize the analyzes of this study.

Keywords: Military Archives; Search; Historical theory; inductive method.

Introdução

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de

¹⁰¹ Professor da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – RJ, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Licenciado e Especialista em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESCO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história (FARGE, 2009, p. 14).



A epígrafe acima foi extraída da obra “*O Sabor do Arquivo*” da historiadora francesa Arlette Farge. Ela nos remete – considerando sua licença poética – a um olhar mais pormenorizado em relação à construção dos espaços de memórias que se convencionou a chamar de arquivo. Esses espaços dão asas à imaginação e apresentam características indissociáveis à memória, lugares, objetos, situações, relatos de experiências e modos de vida.

O objetivo geral do trabalho é evidenciar como o historiador lida com a pesquisa em acervos militares, tendo como problemática, quais as técnicas necessárias para pesquisas em arquivos militares? Em relação à metodologia, quanto à natureza, ela é aplicada, quanto à abordagem, é de caráter quantitativa, em relação aos objetivos, são de caráter descritivo, com procedimentos realizados a partir de pesquisa documental em acervos digitalizados e exemplos de experiências *in loco*, realizadas por pesquisadores no Arquivo Histórico do Exército-AHEX. Quanto ao método, é de caráter indutivo.

No âmbito do Exército brasileiro, essas práticas nos remetem aos primórdios da criação no Século XIX do Real Archivo Militar, que abordaremos na primeira parte deste texto. Por conseguinte, seguiremos para a análise das formas de organização dos arquivos militares, tendo como suporte a Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares do Arquivo Histórico do Exército.

Na sequência, nos debruçaremos na análise do Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro, organizado por Celso Castro, Adriana Marques e Silvia Monnerat (2016). Nesta obra, os organizadores traçam um panorama sobre os acervos documentais e as instituições de custódia do exército brasileiro, localizadas no Rio de Janeiro.

O texto incide na relação desses espaços e acervos documentais com a memória militar, além do arquivo como um espaço significativo para pesquisa histórica, a partir do assessoramento de profissionais das áreas de História, Arquivologia e Museologia.

Revisitando o Real Archivo Militar: Trajetória e Memória



O Real Archivo Militar foi criado por um Decreto do Príncipe Regente D. João VI no dia 7 de abril de 1808.¹⁰² A sua organização ficou sob a responsabilidade de D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais conhecido como o Conde de Linhares. De acordo com Meirelles (2016, p. 187), ele foi “destinado a preservar os mapas e as plantas de fortalezas, baterias e artefatos de guerra já existentes no Brasil”. Ainda, de acordo com Meirelles:

O Arquivo estava diretamente subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo também dependente do Erário Régio e da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O diretor da instituição era responsável por todo o acervo e os demais planos militares em execução pelos engenheiros do espaço (como os planos de fortalezas, fortes e baterias, ou ainda todos os projetos de estradas, navegações de rios, canais, portos etc.) que, porventura, lhes fossem confiados. O regimento ainda previa que todos os funcionários empregados no Arquivo ficariam “ligados ao maior segredo em tudo o que de sua natureza assim o exigir”, tendo nas mãos a responsabilidade de todas as matérias ali desenvolvidas. (MEIRELLES, 2016, p. 187).

Parte da motivação para a criação desse arquivo, surgiu de maneira pretérita, a partir da criação em 1798, da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares.¹⁰³ Sua função principal, baseava-se na conservação de cartas gerais, particulares, geográficas e topográficas. O acervo tinha a finalidade de servir como referência nos processos de retificação de fronteiras e fortalezas, além da elaboração de projetos de estradas e portos marítimos.

De acordo com o sítio da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA):

O Real Arquivo Militar era um órgão anexo à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo também dependente do Erário Régio e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o que se justificava, na legislação, pela possibilidade de que todos os meus ministros pudessem ali mandar buscar ou copiar os planos necessários ao real serviço. (MAPA, 2016, p. 1).

Segundo Bacellar (2005), quando se inicia uma pesquisa, é preciso a localização das fontes, a proposição do tema e a identificação dos documentos a serem investigados. O autor ainda chama a atenção para a dinâmica necessária das buscas documentais, partindo da premissa da relação do pesquisador com os funcionários do arquivo, elencando as possíveis dificuldades existentes.

¹⁰² BRASIL. Decreto de 7 de abril de 1808. Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁰³ Criada por Alvará Régio em 30 de junho de 1978.



Todavia, ele também aponta para possíveis caminhos, no sentido de melhorar o acesso às fontes, “o ideal para cada instituição arquivística seria contar com vários instrumentos de pesquisa. Confeccioná-los, contudo, demanda tempo e muito trabalho, e, por isso, costumam ser em muito menor número do que o desejável.” (BACELLAR, 2005, p. 52).

No que tange à memória e ao seu enquadramento, Michael Pollak (1989) comenta:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente O passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 9-10).

O historiador francês Jacques Le Goff (1984), atrela essa memória a outros fatores importantes para a sua compreensão, como nos casos das relações tempo/espaço, suportes e sentidos, tradição e projeto, acaso e intenção, além das memórias individuais e coletivas. Tanto à preservação da memória, quanto do acervo documental, são fatores imprescindíveis nas instituições de custódia de fontes documentais.

Neste sentido, o Real Arquivo Militar, “foi a principal instituição na orientação e fiscalização das obras de construção e fortificação militar no Brasil”. (MAPA, 2016, p. 1).

Organização e Gestão de Arquivos Militares: Orientações do Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

A partir do Século XX, após a proclamação da Independência, o Real Arquivo Militar passou a ser denominado como Arquivo Militar. De acordo com o sítio Arquivo Histórico de Exército: “Em 8 de março de 1934, o Arquivo do Exército foi transformado em Organização Militar subordinada ao Departamento Central da Secretaria de Estado da Guerra e em 5 de setembro de 1986, recebeu a denominação de Arquivo Histórico do Exército” (AHEx, 1808, p. 1).

O Arquivo possui um acervo iconográfico, cartográfico e documental que preserva parte da história e memória do país e do Exército brasileiro. De acordo com as orientações básicas sobre gestão de arquivos de organizações militares:

[...] é dever de cada Organização Militar conservar e manter a memória institucional, operacional e dos integrantes do Exército Brasileiro por meio do recebimento e o correto processamento arquivístico dos acervos escritos, cartográficos e iconográficos, de acordo com a Política Arquivística do Exército Brasileiro e as Instruções Gerais do Sistema Arquivístico do

Exército Brasileiro (SAEB) (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 2).

Imagem 1 – Disposição dos Arquivos no AHEX.



Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 4).

Nas orientações contidas na Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares, recomenda-se limpeza e organização desses espaços, a fim de manter um ambiente sempre organizado e funcional. Existe toda uma normativa concernente às instruções e regulamentos arquivísticos do Exército brasileiro, como podemos observar abaixo:

A Portaria nº 1676, de 14 de dezembro de 2016, aprova as IG 01.012 (Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército), de 14 de dezembro de 2016, 2ª Edição, cuja finalidade é normatizar o gerenciamento da documentação não classificada do Exército Brasileiro (EB), adequando-o às imposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Referente ao acesso à informação), à legislação militar específica que trata do assunto e às demais disposições legais que regulam a gestão de arquivos públicos. (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 4).

A legislação acima, regulamenta e determina a divisão e a disposição dos arquivos em três categorias: a) Arquivo Corrente; b) Arquivo Intermediário e c) Arquivo Permanente. Em relação ao Arquivo Corrente, a regulamentação traz a seguinte descrição “Documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados nos escritórios ou nas repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso.” (Idem, p. 5).

Já em relação ao Arquivo Intermediário temos: “É constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los.” (Idem, p. 5). No caso do Arquivo Permanente, o procedimento muda mais uma vez: “É constituído de documentos que perderam todo



valor de natureza administrativa e que se conservam em razão do seu valor histórico. Nunca serão eliminados.” (Idem, p. 5).

Outros dispositivos legais trazem consigo particularidades inerentes à eliminação de documentos nos arquivos. Neste caso, trata-se, especificamente, das Instruções Gerais para a Correspondência do Exército (EB10-IG-01.001) com a 1ª Edição aprovada por uma Portaria específica pelo Comandante do Exército: Portaria nº 769, de 7 de dezembro de 2011 que direciona princípios e estabelece normas para a padronização e formalização no âmbito do Exército das correspondências produzidas.

Já em relação aos documentos não-ostensivos temos a seguinte regulamentação abaixo:

O processo de análise, avaliação, controle e destinação final dos documentos classificados (documentos não-ostensivos), produzidos ou sob a custódia do Exército Brasileiro (EB), encontram-se regulados pela Portaria nº 012, de 09 de janeiro de 2015, que aprova as Instruções Gerais para Avaliação e Controle de Documentos Classificados (EB10-IG-01.015), 1ª Edição, 2015. (Idem, p. 6).

Ainda de acordo com a cartilha, cada arquivo tem uma missão específica que gira em torno de prerrogativas organizacionais dos documentos, assim como às diretrizes de movimentação e preservação. Outrossim, o documento também evidencia e direciona determinadas finalidades, são elas: a) Servir à administração; b) Servir à História e c) permitir a acessibilidade. Conforme Rodrigues (2011):

Os arquivos devem ser entendidos no seu duplo, paradoxal e conflituoso papel. Arquivos como memória, por conseguinte, testemunhas de acontecimentos ou de ações passadas, mas também como dispositivos no presente, portanto, muitas vezes, incômodos. No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância [...]. (RODRIGUES, 2011, 257).

Também há prazos específicos para a guarda dos documentos nos arquivos, como podemos observar na figura abaixo:



Figura 1 – Prazo de guarda dos arquivos



Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 8).

Como observou-se na figura acima, há um fluxo e uma somatória do tempo para que um documento seja arquivado, fato que pode ser evidenciado na 2ª Edição das Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), com aprovação do Comandante em Portaria específica, como podemos observar a seguir, “XLVIII – prazo de guarda é o tempo necessário para arquivamento de um documento, sendo igual ao somatório dos prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, contado a partir da data de elaboração do documento”. (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016, p 1).

Destarte, faz-se necessário também descrevermos a organização geral de um arquivo. De acordo com a sequência apontada na cartilha: a) Levantamento do acervo existente; b) Escolha do local; c) Escolha do pessoal; d) Mobiliário; e) Embalagens e invólucros; f) Preparação do local; g) Organização do local; h) Acesso ao arquivo; i) Registro de entrada e saída de documentos; j) Gestão documental; k) Higienização do acervo; l) Organização do acervo; m) Medidas complementares e n) Documentos classificados. Essas medidas, além de deixarem o arquivo organizado, estão também em consonância com o que preconiza o Exército, em termos de organização e disciplina.

Já a respeito da importância do documento, Jacques Le Goff descreve:

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à



memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A partir da importância dada pelo historiador Jacques Le Goff ao documento, ressaltamos outra medida no que concerne à necessidade do controle da temperatura ambiente, para à devida conservação do seu padrão de qualidade e conservação, vejamos um exemplo no quadro abaixo:

Quadro 1 – Valores ambientais

TEMPERATURA (T° - celsius)	UMIDADE (UR%)
- Entre 21° e 23°: EXCELENTE	- Entre 54% e 56%: EXCELENTE
- Entre 24° e 26°: MUITO BOM	- Entre 57% e 59%: MUITO BOM
- Entre 27° e 29°: BOM	- Entre 60% e 62%: BOM
- Entre 30° e 34°: RUIM	- Entre 63% e 67%: RUIM
- Entre 35° e 40°: CRÍTICO	- Entre 68% e 73%: CRÍTICO

Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 18).

Como vimos acima de acordo com as *Orientações Básicas Sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares* (2019), deve-se haver uma estabilidade entre a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar, com ações voltadas ao controle, utilizando-se condicionadores de ar, ventiladores e exaustores, a fim de se evitar as temperaturas e o mofo. Contudo, outras ações também são necessárias para a preservação do acervo, como no caso de medidas protetivas específicas e procedimentos de biossegurança.

Ainda no tocante à guarda de memória, mesmo com o avanço da tecnologia, como aponta Caio Boschi (2010), ainda há os mais saudosistas que preferem o processo de microfilmagem à digitalização. Entretanto, o Exército possui um sistema informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Exército (SIGADEx), que ajudou no processo de modernização dos arquivos.

O Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro: Alguns apontamentos necessários





O Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro (2016) foi coordenado e organizado por Celso Castro, Adriana Marques e Silvia Monnerat, com o intuito de facilitar o trabalho dos pesquisadores(as), a partir da reunião de um conjunto de informações para o acesso aos arquivos e acervos militares. Para tanto, foi traçado um roteiro indicativo, que conduz o leitor a esses locais de memória.

De acordo Com Celso Castro:

Ao consultar um arquivo, um pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionado como relevante por alguém, organizando e preservando segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios. Só então, esse arquivo torna-se parte de um patrimônio documental de interesse público, passível de ser consultado (CASTRO, 2015, p. 8).

Isto posto, vejamos agora a indicação dos arquivos abaixo:

- Acervo Histórico do Forte duque de Caxias;
- Arquivo da Marinha;
- Arquivo Histórico do exército (AHEx);
- Biblioteca General Cordeiro de Farias (Escola Superior de Guerra);
- Biblioteca 31 de Março – ECEME;
- Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC);
- Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER);
- Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana.

Nota-se, pelo exposto acima, a gama de opções disponibilizadas aos pesquisadores interessados e ao público em geral, segundo os coordenadores:

Trata-se de um trabalho coletivo desenvolvido durante a disciplina “Métodos Qualitativos em Estudos Militares”, por nós ministrada no primeiro semestre de 2015, numa iniciativa conjunta de duas pós-graduações: a da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC) e o Instituto Meira Mattos (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) (CASTRO; MARQUES; MONNERAT, 2016, p. 6).

A ação facilita, sobremaneira, o direcionamento de pesquisadores, historiadores e cientistas sociais, nos caminhos de Clio,¹⁰⁴ metaforicamente a partir dos fios de Ariadne.¹⁰⁵

Considerações finais

¹⁰⁴ Na Mitologia Grega Clio, filha de Mnemósine (Deusa da Memória) com Zeus (Deus do Olimpo), é considerada a Musa da História.

¹⁰⁵ Ariadne, na mitologia grega, é a princesa de Creta, filha do rei Minos e da rainha Pasífae. Segundo a lenda, ela ajudou Teseu a voltar do labirinto do Minotauro com um fio de lã (Fio de Ariadne).



Discutiu-se neste trabalho, a partir de questões teórico-metodológicas, a criação de arquivos militares como locais de memória. Para tanto, revisitamos, em suas diversas nuances, parte da trajetória do Real Archivo Militar, sua relação com a administração Portuguesa no Brasil, assim como seu importante papel como guardião de uma memória cartográfica, náutica e documental nacional.

Segundo Rodrigues (2006), o conceito de arquivo se modificou de acordo com as mudanças políticas e culturais da sociedade ocidental. E foi a partir desse cenário que se analisou, na segunda parte do texto, a Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares do Arquivo Histórico do Exército-AHEX que traz em seu bojo um conjunto de diretrizes de como lidar com os documentos e demais acervos históricos nos arquivos.

Neste sentido, é mister salientar a relação intrínseca entre os arquivos, seus acervos e a memória, pois, parafraseando Antoine Prost (1998), o social e o cultural são indissociáveis. Partindo dessa premissa, analisou-se de maneira breve, mas assertiva, o Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro, a fim de evidenciar e apontar caminhos possíveis de pesquisas aos leitores e demais interessados.

Evidentemente, o pequeno opúsculo, por ora apresentado, não esgotará às possibilidades de pesquisas nos arquivos e acervos militares no país, mas ajudará sobremaneira àqueles que por ventura os leiam, se isso for feito, o trabalho e exercício intelectual como historiador já estará parcialmente contemplado.

Contudo, o texto não se trata de algo estanque, nem tem a pretensão de servir de guia para tal, mas de contribuir entre um universo de outras possibilidades para um tema tão necessário na historiografia do tempo presente.

Data de Submissão: 02/09/2022

Data de Aceite: 14/11/2022

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ahex.eb.mil.br/>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSCHI, Caio. **O historiador, os arquivos e a novas tecnologias**: notas para debate. Coimbra: Coimbra University Press, 2010. Disponível em: <https://digitalis->



dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31574/1/5-Caio%20Boschi.pdf. Acesso em: 21 de jun de 2021.

BRASIL. Decreto de 7 de abril de 1808. **Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento**. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria** nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016. Estabelece prazo de guarda dos documentos. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0024023935583930bd9e0>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana; MONNERAT, Silvia. **Guia de arquivos militares do Rio de Janeiro**, 2016.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CONARQ. **Conselho Nacional de Arquivos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAPA. **Real Arquivo Militar**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 20 de jun de 2021.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. O legado científico na sustentação do Império português: a Real Academia Militar do Rio de Janeiro. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.15, p. 181-199, jul/dez 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/24689>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES. **Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares – 2ª Edição / 2019**, pág. 2-31.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 123-137. Disponível em: [file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20\(DESKTOP-N7QLGP8\)/Desktop/84550426_Livro_RIOUX_Jean_Pierre_SIRINEL.pdf](file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20(DESKTOP-N7QLGP8)/Desktop/84550426_Livro_RIOUX_Jean_Pierre_SIRINEL.pdf). Acesso em: 21 de jun de 2021.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 21 de jun de 2021.

RODRIGUES, G. M. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45479>. Acesso em: 14 nov. 2022.

